



casadesarmento

centro de estudos do património

Núcleo de Documentação Abade de Tagilde | Casa de Sarmento | © Sociedade Martins Sarmento

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt

A CAPELA DE S. ROQUE

e

A ERMIDA DO BOM JESUS DO CALVÁRIO

« DA VOSSA IRMIDA FRONDOZA
SACRO FRANCES PIRIGRINO
DEFENDEI ESTE ORIZONTE
DOS TORPES ARES MALIGNOS »

Tratando — «Dos mosteiros, igrejas, hospitais, e capelas que Guimarães tem em seus arrabaldes» —, a certo passo diz o *P.^e Torcato Peixoto (Memórias resuscitadas da antiga Guimarães*, cap. 92): «Saíndo dêste mosteiro costa acima (o Rosal de Santa Isabel ou Capuchinhas), a um quarto de légua está situada a capela de S. Roque, junto a um vale que tomou dêste Santo o nome, a qual se manifesta a tôda esta vila nas fraldas da serra de Santa Catarina. A ermida é pequena, com porta para poente, e tem um dilatado terreno semeado de sepulturas, dos corpos dos que faleceram na grande peste de 1507 até 1509.»

E mais além: «no meio destas sepulturas fundou um ermitão uma pequena casa térrea para se agasalhar, e ali ensinar aos aldeãos a doutrina cristã, de que julgou estavam necessitados, e era tal o seu zêlo, que a ensinava tam perfeitamente, e com tanta paciência e carinho, que muitos dos cavaleiros, e pessoas principais da vila lhe mandaram ali seus filhos para lhos doutrinarem, e para que dêle aprendesse(m) exemplos de virtude.»

*

No estudo — *As Epidemias em Guimarães* — (publicado nesta *Revista*, anos XXIII, n.ºs 2, 3 e 4 e XXIV, n.ºs 3 e 4) anotava o *Abade Oliveira Guimarães*: «Em 13 de Agôsto de 1601, o Prior do Convento da Costa, frei Francisco de Caminha, obrigou os bens do mesmo mosteiro à fábrica da Capela de S. Roque erecta no ano da peste, que foi de 1599, na serra de Santa Catarina onde tinha sido feita uma casa de saúde. No mesmo dia foi passada a Provisão prelatícia concedendo licença para a celebração da missa nesta Capela.»

Estas informações foram colhidas no Arquivo Igrejário da Sé Primaz.

Da invasão da peste, ao ano de 1599, (o *Abade de Tagilde* explana o caso naquele mesmo trabalho) vem referência na *Historia Seráfica* (Livro I, cap. LIII, pág. 171 e 172): «Abrasava-se a vila, e ardia o convento, no qual eram já falecidos cinco frades, e os outros confessores, que ficaram, eram poucos a respeito de tanta necessidade. O que vendo *frei João de S. Joseph*, e todos os sacerdotes mancebos, nos quais fervia o sangue da caridade cristã, pediram e alcançaram em 12 do mês de Julho licença do Arcebispo de Braga para administrarem aos feridos todos os três sacramentos da penitência, eucaristia, e unção; e rompendo animosos pelas espadas da morte, assim na vila, como na casa de saúde, que se chamava o monte, fizeram grandes maravilhas. O juiz, e vereadores, que se tinham retirado, e estando juntos em câmara, a 31 do dito mês, na ermida de Nossa Senhora dos Remédios, freguesia de Santo *Estevão de Ulgezes*, nomearam a frei Gaspar das Chagas em provedor no temporal dos pobres, e dos enfermos. E como estes eram muitos, por outro assento de 28 de Agôsto, feito no souto de André Vaz, freguesia de S. Pedro da Polvoreira, lhe mandaram entregar cada semana trinta alqueires de pão para os pobres da vila, e cem alqueires com vinte reses para os outros do monte. Tudo isto procurava, e repartia êste provedor solícito enquanto os companheiros tratavam do mantimento das almas, e se algum em tam

*

santo exercício acabou a sua vida, grande prémio tem hoje recebido do Senhor.»

Em 1618, Jorge do Vale Vieira lançava em seu testamento (1):

«Declaro que eu comprei trese rasas pela medida velha de centeio e milho em cada um anno no casal da herdade de Bergadella na freguezia de Santa Christina de Longos a um Thomé Piz junto á Falperra quando vão para Braga no termo desta villa de Guimarães para que por ellas me digam em cada um anno para sempre sete missas na ermida de S. Roque que mandei fazer junto a casa de Saude no monte de S.ª Catharina no anno de mil quinhentos e noventa e nove servindo de guarda mor nesta villa e seu termo no dito anno, as quaes sete missas serão seis resadas e uma cantada e se dirão no dia de S. Roque como eu até agora as mando dizer, e se dará de esmola nove rasas do dito pão, a saber tres rasas pela cantada e seis pelas resadas e as quatro rasas que ficam das trese deixo applicadas para a fabrica da dita ermida, as quaes trese medidas se entregarão edarão aos religiosos do mosteiro de S. Hieronimo da Costa do termo desta villa que tem obrigação de fabricar a dita ermida por virtude de uma escriptura que fizeram ao arcebispo de Braga, e estas missas se dirão por minha alma e de meus defuntos, e por todas as almas que falleceram do mal da peste de que Deus nos guarde no dito monte; as quaes trese medidas de pão mando a meus successores que lhas façam pagar inteiramente

(1) (do Testamento de Jorge do Vale Vieira, aprovado em 5-1-1618 e aberto em 1-10-1626):

«Os escravos que ficaram por morte de meu irmão conforme ao que declararam Letrados Theologos e Canonistas ficarão captivos por meu irmão (o D.º Bartholomeu do Valle) não dispor delles cousa alguma e por esta razão conforme a reserva que delles fez na escriptura do meu dote pertenciam a todos os herdeiros sem embargo que o dito L.º meu irmão disse que elles ficavam todos forros como se pode ver de um assignado de sua letra que tenho em meu poder, que elle deu a Antonio Negro, e tambem devia ter dado outro tal a Domingos o Mulato que fugiu para Castella, o qual Antonio Negro por ser manco, e ladrão mandei dar aos frades da Conceição de Mattosinhos para os servir como hoje serve e o escusar da forca por seus maus costumes, e ao negro Alexandre vendi por trinta mil reis por o ter ja em meu poder para isso antes da morte do Doutor meu irmão que m'o mandou para este effeito e Filipe negro me pertence por meu irmão o ter dado em sua vida a minha irmã Anna Vieira do Valle cujo herdeiro universal fiquei por sua morte conforme ao seu testamento e Lourenço Mulato seu irmão tenho dado ao officio de alfaiate, os quaes dois irmãos se não venderão e servirão a sua senhora minha mulher enquanto for viva, e

sem diminuição alguma, e sendo caso que os ditos religiosos não queiram cumprir com a obrigação destas missas, em tal caso deixo as mesmas medidas na forma declarada aos Padres Coreiros desta villa para que cumpram com a tal obrigação e querendo os ditos religiosos acceitar esta obrigação se lhes pagará tudo na forma airaz declarada pelo dito casal, ou por o rendimento d'outro pelos meus successores, aos quaes encarrego fação em todo o sempre cumprir com esta obrigação que deixo o que devem fazer com gosto pois lhes não deixo outra obrigação pelas muitas que tem dos morgados e successores de meus avós tio e irmã.»

Em 18 de Fevereiro de 1620 Jorge Vieira contratou com os frades da Costa o encargo daquelas missas e em 5 de Outubro de 1625 fêz escritura de troca ficando as medidas impostas no lugar da Cancela, freguesia de Atães.

Os frades passavam o dia das missas em S. Roque, onde os criados do mosteiro lhes levavam, em cestos e taboleiros, o almôço e o jantar.

*

Nota manuscrita no exemplar do *Guimaraens* *Agradecido* existente na Biblioteca da *Sociedade Mar-*

ella os mandará sustentar em suas velhices, e doenças em satisfação de seus serviços.»

Este Jorge Vieira do Vale era sobrinho do Dr. Baltazar Vieira, de quem herdou um morgadio constituído pelas «casas sitas na praça desta villa em que vivo que elle mandou reedificar de novo que são as em que moraram meus avós assim direitas como vão da Praça até á travessa de Trespõe», a quinta da Torre, em Tagilde, o Casal do Arocheiro e o de «Antre as Vinhas», em Santo Adrião, o Casal de Vila Pouca, em Santa Eulália de Barrosas e «na cidade de Lisboa uma quinta em Oeiras e uns laranjaes e pomares em Barquerena junto a Sacavem, e umas casas junto a S. Nicolau da dita cidade», o Casal de Campos, na freguesia da Costa, e o campo reguengo que traz o moleiro de Selho. A deixa foi com obrigação de «duas missas resadas cada semana nos dois dias ordinarios na casa da Camara», outra cantada na oitava do Espírito Santo e uma no Mosteiro de S. Francisco na véspera da Assunção.

No curioso testamento do Dr. Baltazar Vieira, do Desembargo de El-Rei, dizia este — «E peço muito por merce a elrei nosso Senhor e por descargo de sua consciencia e delrei seu avô mande lançar o habito de Christo com os vinte mil reis que com elle tenho

tins Sarmento, oferta do Conde de Vila Pouca (também referida pelo *Abade de Tagilde*):

«...no fim do mes de Febr.^o por cauza das tais malinas (que tinham grassado em Guimarães nesse ano de 1763, principiando na Casa de Vila Pouca) veio S. Roque da Serra no dia de S. Pedro de Rates em pursiçam (com todas as Irmãd.^{es} e alguas Comunid.^{es}) p.^a o Convento do Carmo donde se lhe fizeram preses nove dias com o Sacram.^{to} e foi p.^a a sua Capela em dia da Vezitasam de S.^{ta} Izabel e se lhe fez hua festa outro dia q. foi domingo; e diziam alguas pessoas q. haviam 90 anos q. tinha vindo a V.^a por hua peste semelhante pursisam 4 Anjos cantando a seguinte letra em solfa.....

Ja se retira ao dezerto
Roque fellis porq. save
q. as pizadas q. nos deixa
ficam cheias de Saudade.

Ficara sempre
do Vosso abrigo
o Nosso objecto
con respondido.

Da Vossa Irmida frondoza
Sacro Frances pirigrino
Defendei este orizonte
Dos torpes ares malignos.»

a Jorge do Valle meu sobrinho em satisfação de meu tanto e tão bom serviço como é notorio ja que não tenho filho nem nunca pedi nem me fizeram outra semelhante merce como fizeram a muitos que não tinham mais serviço nem de mais qualidade nem «memorias» (?) até o presente me é dado delle satisfação nem remuneração alguma e peço á Rainha Nossa Senhora e ao Cardeal Infante favoreçam esta tão justa petição pois depois de Deus suas Altezas sabem melhor de meu serviço....»

Da prata sobeja a várias disposições e que ficasse por seu falecimento mandava se fizesse — «um corpo do Martir Santo Sebastião dourado pelas partes que parecer necessario e do tamanho que se possa levar na procissão que se faz a redor da Villa de Guimarães o dia do mesmo Santo em que se meterá o meu relicario d'ouro que tem a propria e verdadeira carne do mesmo martir que tudo deixo á sua egreja da dita villa.»

A Imagem, com o relicário no peito, existe, menos a peanha e a árvore, primitivas, que foram roubadas na invasão francesa, e substituídas por outras, no *Tesouro da Colegiada*.

A Igreja da Oliveira legava também o seu «panno d'armar grande que tem o juizo de Paris... para se armar no cruzeiro della onde «vem» (?) muito certo.»

Se falecesse na quinta da Torre queria que o seu corpo fôsse

*

O P.^e Antônio Caldas (*Guimarães*, vol. II, pág. 181) diz servir a Capela «às festividades do seu padroeiro e da Senhora das Mercês, promovidas por devotos, na falta duma confraria ou irmandade.» (1881)

*

* *

Duma informação de 26 de Janeiro de 1661, existente no *Cartório da Curaria*, consta que o Padre Francisco Ferreira estava na sua Capela do Bom Jesus havia 20 anos, pouco mais ou menos.

No *Cartório do Cabido* há:

Carta de venda, feita em 4 de Abril de 1660, por Maria de Andrade Malafaia, na quinta do Pinheiro, freguesia da Costa, onde ela morava, ao Padre Francisco Ferreira, morador na Capela do Bom Jesus do Calvário, junto a S. Roque, freguesia de Urgeses, do

amortalhado no hábito com tôdas as insignias e «será levado — dispunha — pela confraria desta freguezia (Tagilde) com a cera necessaria e com quatro clérigos até a ermida de S.^{to} Andre onde virá a Mizericordia da dita villa e me levará na sua tumba e acompanharão meu corpo do começo e arco da rua Caldeiroa as ordens de S. Domingos e S. Francisco e Coreiros, e do Toural para deante o Cabido com as tochas necessarias até me enterrarem em minha sepultura no cruzeiro da dita igreja de Nossa Senhora d'Oliveira.»

Deixou forros e livres todos os escravos.

Ainda sobre escravos:

«Aos 10 dias de março de 531 annos na camara da villa de Guimarães estando em vereação Antonio da Costa e Nuno Alvres e Nicolau Pires vereadores e João Alvares procurador do concelho acordaram que nenhum negro nem outro escravo traga espada pela villa nem pelo termo senão indo com seu senhor sob pena de a perder e pagar duzentos reis para concelho e captivos a metade e outra metade para os meirinhos e alcaides ou seus liomens que os virem e não o executarem pagarão quinhentos reis ametade para o concelho e ametade para os captivos por cada vez. (a) Antonio da Costa. Nuno Alvres. João Alvres. 1531. E foi apregoado por Pero Diz pregoeiro.» — (*Livro das Vereações*, fls. 44 v. e 45).

campo do Rabaçal, da freguesia de Vermil, e de 3 rasas de meado, milho e centeio, que lhe pagavam pelo casal do Condado, da freguesia de Mogege, por trinta mil réis e o usufruto.

Acrescentava a dona que, por escritura de 11 de Julho de 1655, nota de Bento da Cruz Lobato, fizera doação de tudo isto à Capela do Bom Jesus e padres della, a que assistiu o Padre Leandro Correia, também nela morador, declarando «que ella vendedora seria em sua vida senhora de todos os usos e fructos do dito campo e casal, e que por seu fallecimento ficaria tudo livre e desembargado á dita capella e padres della, com obrigação de em cada um anno se lhe dizerem por sua alma 12 missas rezadas em 12 domingos ou dias santos quaes os ditos padres ordenassem, começando-se a dizerem depois do fallecimento d'ella vendedora, as quaes seriam ditas pelos ditos padres ou por seus protectores ou padres que na dita capella se distinguisse (*sic*) e (se) não houvesse n'ella padres ou religiosos em tal caso ficaria o dito campo e casal aos reverendos religiosos do dito mosteiro de S.^{ta} Marinha da Costa com a mesma obrigação das ditas 12 missas, as quaes nunca seriam ditas por seu parochio, e segurando-lhe os ditos padres as ditas missas em medidas de herdade n'este termo em qualquer outra parte em tal caso poderiam fazer o que lhes parecesse assim do dito campo como da pertença do dito casal, e por quanto não ha quem lhe segure a compra de medidas em herdades para o cumprimento das ditas 12 missas, e por estar tambem presente o dito R.^{do} P.^e Leandro Correia que acceitou a dita obrigação da dita doação em nome da dita capella, e dos padres d'ella futuros e successores, e dizer que não achava onde consignar em herdades a dita obrigação para satisfação das ditas missas disse ella Maria de Andrade Malafaia que supposto o referido revoga por este publico instrumento a dita doação e a ha por nulla e nenhuma como se nunca fosse feita ao que não teve duvida o dito R.^{do} P.^e Leando Correia que desistiu da acceitação que em seu nome e da dita capella e dos padres d'ella futuros e successores tinha acceitada, para esta venda ficar corrente com effeito fica sem ella.»

Posse do campo do Rabaçal, da freguesia de Ronfe, a 5 de Abril de 1660, e das 3 rasas de pão do casal do Condado, em Mogege, a 5 de Julho do mesmo ano.

Na capa dêste documento — «Deixou o P.^o Francisco Ferreira 14 alqueires de pão de 2.^a pago n'esta villa, por uma propriedade de Ronfe, com obrigação de 14 missas — 5 de *Humiliavit* pela alma do dito Padre, 3 pela alma de André Sodré de Pedrosa, 3 pela de Anna de Carvalho sua mulher e 3 por Isabel Peixota.»

Contrato de protecção da Capela do Bom Jesus, feito a 15 de Maio de 1669, entre D. Francisco de Sousa e os P.^{es} Francisco Ferreira e Leandro Correia. ⁽¹⁾

*

Quem era êste Padre Francisco Ferreira?

Com ingénuo acatamento, assim começa a *História Seráfica* (Part. V. Liv. V. Cap. XIII, a fls. 791) a resenha panegírica:

⁽¹⁾ (do *Guimarães do Padre Caldas*, vol. II, pág. 198):

«Instituíram (os P.^{es} Ferreira e Correia) por padroeiro dêste oratório a D. Francisco de Sousa, terceiro conde do Prado e primeiro marquês de Minas, para que êste, depois da morte dos fundadores e ainda dum outro padre, que a êste tempo se lhes havia juntado, apresentasse capelão, que segundo a intenção dos mesmos fundadores ali celebrasse missa quotidiana — para o que legaram sobejadas rendas.»

Do Cartório da Misericórdia:

Em 1683 a 1684 o P.^o Francisco Ferreira recebeu de 9 meses das casas em que morou o Padre João de Faria 2\$250 reis e em 1686 a 1687 o *Padre Domingos de Mesquita, de S. Roque*, só recebeu 750 reis de 3 meses do aluguer das casas até o tempo em que morreu o Padre Francisco Ferreira.

Por morte do Padre Tomás de Mesquita, Abade de S. Gens de Calvos, o D. Prior Paulo de Carvalho nomeou administrador da Capela do Bom Jesus, em S. Roque, a ...?, que já o era em 1764.

A assistência do Padre Domingos de Mesquita como companheiro dos Padres Ferreira e Correia é também certificada na *História Seráfica* (V Part. Liv. V. Cap. XIII, pág. 973).

«Em outra Serra que também merece o título da Estrêla, porque tem o do nome da insigne Mártir Santa Catarina, em cujas raízes está plantada a Vila de Guimarães, havia falecido no próprio ano (1686) o Padre Francisco Ferreira virtuoso filho de N. Patriarca Seráfico na sua Terceira Ordem. Com a boa dita do nome dêste insigne Pai, teve a graça de o imitar no desprêzo do mundo, e juntamente o zêlo de servir ao Altíssimo em multiplicados, e primorosos empenhos de caridade.»

Tôda a sua vida é um bom ar limpo de manhã, tingindo-se, na sua rústica meia-salvajaria, do loiro sol da penetração ascética — poesia bucólica no silêncio áspero das iragas. Humílima ternura, suavidade, amor. E, bruscamente, no deserto da noite inquieta, buzina de pastor à manada em tresmalho, que vem cercar a alcatéia, ou crucitando em bramidos ao sono refasteloso do ingurgitamento, como a lenta mas nervosa corrente de certos veios de água, sem nome, ainda, que torcicolam perdidos na serra — moínha de espuma esgarçando em flores —, na modilha branda de um fio de sol a escorrer-se nas arestas de mica, em tropêços e saltitos, e se cuvem, lá ao fundo, no deslaço dos alcantís, ao aproximo da várzea, a fragorar em ecos de trovões — pequeno amuo de cólera na serena imensitude.

Orfanara-o, mal entrado à vida, a peste — e devia ser a de 1599. A misericórdia de dois moradores da vila salva-o no desamparo (a *Hist. Seraf.* colheu seus nomes: António Sodré e Ana de Carvalho; uma deixa do virtuoso clérigo palpita-me a supor engano do primeiro nome; talvez, mais acertadamente: André Sodré de Pedrosa).

Ordena-se presbítero. Logo sua natureza humilde se revela enjeitando uma Conezia, na Senhora da Oliveira, coisa então de meter no mesmo saco honra e proveito: «contentando-se unicamente com o estado de Sacerdote simples, que era o último fim de tôdas as suas ânsias.»

Piedoso dever, em maguada recordação, o leva a subir ao monte onde fica a terra do cemitério de seus pais, aquele trôço ameno de escarpa que a pestilença riçara de ossadas e escavara de muitas sepulturas. E ali encontra uma criatura bárbara e singular, de repul-

sivo aspecto enleante, formidável no gigantêscico e na união, duma risonha infantilidade vegetativa, compreendendo a singeleza muda do arbusto, a rude asperidão do granito e o devaneio das aves, sabendo o sol, a lua, as estrêlas, a mudança da luz e a luz mais forte das trevas, quando se rasgam as entranhas do céu, a requeimar-se em delírio, na febre da penitência e do martírio, e que, então, se chamavam anacoretas.

Talha o seu oratório. Aquela sim, a teologia da contemplação. A alma purifica-se das mil futilidades. Rezar. Ensinar o nome de Deus ao rebanho de crianças maltrapidas que vêm na garra da curiosidade. A' sombra duma árvore, paternalmente risonho, chãmente intuitivo. A história do Menino Jesus, os seus milagres, suas peregrinações; e depois tôda a via-sacra até o Calvário, em resgate do género humano. E suas mãos afeiçoam na pedra a gravura — o exemplo, a iluminura da devoção.

«Dêste retiro descia à Vila todos os Sábados a pedir esmola para os presos, a quem socorria com ardente caridade. Para o sustento dêles consignou quarenta alqueires de pão perpétuos, e fêz com outro Sacerdote, que depois o acompanhou no mesmo sítio, chamado Leandro Correia, applicasse outros quarenta, e não satisfeito persuadiu a uma Beatriz Nogueira, que deixasse setenta, e ultimamente às Religiosas de Santa Clara, que dessem trinta, e tomassem por sua conta a administração, e repartição dêste pão para socorrer aos presos todos os Sábados do ano, como ainda hoje fazem (*onde vai este — hoje!*) mandando saber o número dêles, para lhes enviarem outras tantas rações (*eram cento e oitenta alqueires!*). Também deixou este Venerável Sacerdote ⁽¹⁾ certo rendimento para levarem aos ditos presos água nos mesmos dias.»

(1) (do — *Convento de Santa Clara* — pelo Abade de Tagilde Oliveira Guimarães, in *Revista de Guimarães*, X, Legados Pios — n.º 15, pág. 17):

As religiosas do Convento de Santa Clara eram obrigadas a mandar três cântaros de água diariamente aos presos da cadeia, conforme a instituição do P.º Francisco Ferreira, um dos fundadores do oratório do Bom Jesus do Calvário, vulgo do Senhor das Pedrinhas, junto à Capela de S. Roque.

Os inocentes e os encarcerados. A uns o pão da sã doutrina, para os outros a luz humana do conforto... Gente compadecida murmuraria ao vê-lo passar, na feira, — lá anda o bom fradinho pedindo esmola!. Ai! quantos... o não soslaariam rancorosos, em bates e rebates de consciência, ou com esganas de maldade ímpia, entrapilhando-se no cinismo ou na avareza!

E os pecadores? a êsses trovejava a sua voz, aos domingos, no Campo da Feira, no alarido chamejante das penas infernais e mostrava-lhes, à viva imaginação, um painel que tinha duas figuras: «*hua de homem no estado de culpa mortal, & outro do que existia na agonia da morte.*» Buscava aos poderosos em suas casas para os advertir. Feia inimiga, a carne. A' sua retalhava-a de cilícios, pungia-a de castigos inexoráveis. Urna de barro grosseiro donde era preciso deixar florir a espiritualidade.

Pelas noites embuçadas no pesadume traiçoeiro ⁽¹⁾, êle descia à vila e corria cantos e ruas clamando sufrágios — *pelas almas do Purgatório*. Era um pregão fúnebre, de arrepio, um encrespar de agoiro. Pelas almas do Purgatório?! — ó almas cegas que vos deixais perder em tentação... la e vinha, no arrasto da sua melopeia.

«... Três dias antes da sua morte lhe apareceu o demónio intimidando-o com figuras horríveis, e o servo de Deus, chamando ao Padre Domingos de Mesquita (que ainda hoje existe no mesmo sítio) lhe dizia: *Venha ver aquele desavergonhado que vem fazer-me carancas.* Enfim triunfante das suas astúcias, e preparado

(1) (do *Livro das Vereações*, fls. 8, 9, 10 e 11):

«Aos 13 dias de janeiro de 1531 annos na camara da villa de Guimarães estando em vereação Duarte de Miranda juiz ordinario e João Annes e Nicolau Pires vereadores e João Alvares procurador do concelho acordaram que qualquer pessoa de qualquer condição que seja achada de noute das que chegaram (ou chegarem?) com sobreiros pela villa ou com armas ou embuçadas que sejam presas e pagarão quinhentos reis para concelho e captivos e não se entenderão as armas dos que vierem para sua casa ou forem para sua fazenda ante manhã «por»? não tomarem aos que ante do sino de correr acharem não sendo embuçados.

E assi acordaram que escreverão a Diogo Lopes alcaide mor da villa que apresente alcaide que sirva segundo forma da ordenação. João Vieira que o escrevi.»

com todos os Sacramentos, pôs sôbre o peito os braços em cruz, como sempre costumava, quando dormia, e deu suavissimamente sua alma ao Criador, e Keden-tor dela em 3 de Outubro do ano referido. Foi sepultado na sua Capela do Bom Jesus do Calvário, com geral opinião de grande servo de Deus."

E é realmente de uma suave poesia o esquecido eremitério.

*

Na *Chronica da Provincia da Soledade* (tômo II) de Fr. Manuel da Mealhada (publicada pelo Abade Oliveira Guimarães no *Guimarães e Santo Antonio*) regista-se que o Reverendo Francisco Ferreira, querendo assegurar o futuro de sua piedosa devoção, ofereceu o eremitério do Bom Jesus do Calvário, que à sua custa edificara no monte de S. Roque, a algumas comunidades religiosas: «aos Carmelitas descalços, aos religiosos de S. João de Deus, aos padres observantes da provincia de Portugal, aos nossos e enfim aos da provincia de Santo António.» O sítio «por fragoso, áspero, desabrido, e ficar distante da vila» desagradou a todos, menos aos últimos. Do mesmo voto foi o P. Provincial, Fr. Pedro de Viana de Évora. «Persistiram os devotos pretendentes no empenho e, depois de se tomar assento na casa da câmara, escreveram as... cartas, que enviaram por Fr. Jerónimo de Vila Real, guardião, que acabava de Barcelos, ao capítulo provincial, que se fêz em Vila Viçosa aos 30 de Julho de 1661, em que saíu ministro o M. R. P. Fr. Francisco de Serpa.»

São três essas cartas. Uma da Câmara. Tendo passado, na vila de Guimarães, Fr. Pedro de Viana, da santa provincia da Piedade, se lhe mostrara um sítio acomodado para uma recoleta religiosa, «lugar saudável, de benignos ares, por extremo fresco e aprazível, com distância breve da vila, cercado de águas e com capacidade para grandes larguezas se lhe ajuntarem e sobretudo à vista da fonte milagrosa de S. Gualter.» Em nome da nobreza e moradores da vila encareciam os fizessem moradores de sua santa companhia (16-Junho-1661). Outra dos Padres Ferreira e Correia oferecendo o eremitério e instando mercê ao pedido da

Câmara (19-Junho-1661), e a terceira do Corregedor da Comarca, Diogo de Carvalho Cerqueira, como criada da Casa da Rainha (20-Junho-1661).

Aludem ao propósito estes documentos:

Nesta vereação (18-Junho-1661) se propos que no monte de S. Roque se quera situar um convento dos frades da provincia da Piedade e para isso se veio pedir licença a esta Camara e para se lhe assinalar o sitio para isto foram chamados a governança ao diante assignados e todos assentaram que se desse licença para isso pois era obra tão pia e assignaram Domingos Lopes tabellião o escrevi. Pedro da Silva Pereira. João Pereira da Cunha. Francisco Jorge de Freitas. Estevão Machado de Miranda. Martinho d' ? . Hieronimo Meirelles Barbosa. ? . Gregorio Ferreira d'Eça. M.^o Leite d'Azevedo. Bento da Costa da Silva. Gaspar Leite d'Azevedo. Francisco de Souza Pereira. Ignacio Machado de Miranda. Ant.^o ? de Barros. Damaso Pereira ? d'Azevedo. Antonio Francisco. João Peixoto d'Almeida. — (*Livro II das Vereações* — Desde 4-3-1656 até 4-1-1664 — pág. 198 v.^o).

Aos 11 dias do mez de Janeiro de 662 annos n'esta villa de Guimarães na casa da Camara della aonde estavam o Doutor Diogo de Carvalho Cerqueira corregedor da comarca desta villa e o juiz de fora e vereadores e procurador do concelho todos ao diante assignados com os mesteres e mais ao diante assignados ahi por todos foi assentado com o parecer do dito corregedor da comarca em declaração de um termo que n'esta Camara se tinha feito porque se assentara que viessem os padres Capuchinhos da Piedade para o monte de S. Roque por ser em bem das almas e utilidade das consciencias dos moradores d'este povo e porque tambem no dito monte de S. Roque está uma casa e ermidas de grande devoção em que assistem dous clérigos muito reformados que com grande vontade dão o dito sitio e casa para se edificar o dito convento, e porque de presente tem noticia que os ditos padres Capuchos da Piedade não tem conveniencia pera edificarem no dito sitio e se tem por duvidoso que Sua Magestade lhes dara licença para edificarem o dito Convento por de proximo estarem tratando de edificar outro na arrifana proximo a esta villa querendo elles com todo o povo por todos os caminhos tratar de que a esta villa venham padres Capuchinhos pelo bem que com sua assistencia recebem os povos; assentaram que fazendo Sua Magestade merce aos ditos padres Capuchos da Piedade de licença para poderem edificar o dito convento no dito monte de S. Roque como se diz por certo que não edificam, assentaram com parecer do dito Corregedor e approvação de todos os abaixo assignados que venham para o dito monte os padres Capuchinhos de S.^{to} Antonio assim por terem noticia que os ditos padres querem vir edificar nelle como porque os ditos dous clérigos senhores da dita casa e ermidas as querem dar de boa vontade aos ditos padres Capuchinhos de Santo Antonio que n'elle querem edificar, que foi sempre o intento deste povo, e em Sua Magestade dar licença aos ditos Padres Capuchinhos de S.^{to} Antonio para edificarem o dito convento no dito monte de S. Roque fará Sua Magestade

grande merce a este povo e á Camara delle pelas rasões referidas e porque tambem lhe conste que os ditos padres Capuchinhos de S.^{to} Antonio tem um convento em Villa Real e não tem outro algum perto destas partes em distancia de muitas leguas com que padece grandes incomodidades quando vão para o dito convento de que mandaram fazer este termo que todos assignaram e eu Domingos da Cunha escrevão que o escrevi. Diogo de Carvalho Cerqueira. Affonso Teixeira de Mendonça. João Pereira da Cunha. De Domingos † Duarte. Francisco Jorge de Freitas. Martinho de Freitas. Francisco † d'Araujo. João Ribeiro Durães. João Lopes. De Domingos † Francisco. Antonio de Faria (?) P.^o Lobo. De Francisco † Piz. (?) De Domingos † Coelho. Francisco da Rocha ? ? . Domingos da Cunha. Andre Ferreira (?) Roque † Carvalho. André Lopes. Estevão Machado de Miranda. M.^o Leite de Azevedo. Antonio de Freitas do Amaral. Antonio Nogueira do Canto. Bento da Costa da Silva. (pág. 224 v.) (1)

*

Desiludidos, mas pertinazes, recorrem os padres à alta protecção do Dom Priorado.

E do mais que se passou.

1664

Em nome de Deus, Amen. Saibam quantos este publico instrumento de protecção feito pelos reverendos padres Leandro Corrêa e Francisco Ferreira virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos sessenta e quatro annos aos vinte e dois dias do mez d'Outubro do dito anno n'esta villa de Guimarães no priorado d'ella aonde eu tabelião fui estando ahi

(1) O Capitulo Provincial aceitou o oferecimento, mas vindo a Guimarães o Provincial tomou de birra o lugar. Entrou o povo a desconfiar que o andavam enlorpando. «Aproveitaram-se os padres da provincia de Santo António desta ocasião e rumor, que corria, movido, diz a última carta que a Câmara escreveu a el-rei, pelos clérigos descontentes se não agradar do sítio em que eles estavam, e entraram a diligenciá-lo, diziam eles, para um hospício de três frades, e com efeito vieram a alcançar, por respeito do D. Prior, que era D. Diogo Lobo da Silveira, que os patrocinava, o consentimento da Câmara, do qual se fez assento em 11 de Janeiro de 1662, mas com a condição de nós sermos ouvidos, e com ele mandou logo o dito D. Prior pedir a licença régia, a qual se lhe negou com o fundamento da condição do assento.» — Vid. *Abade de Tagilde — Guimarães e Santo António*, pág. 38.

Os da Piedade entraram na vila, uns quatro ou cinco frades, a 15 de Fevereiro de 1662, aposentando-se numas casas da rua do Cano. Suscitado o pleito entre os religiosos da Piedade e os de Santo António, a população teve e deu voto pelos primeiros, que

presentes os ditos reverendos padres Leandro Correia e Francisco Ferreira pessoas reconhecidas de mim tabelião, e logo em minha presença e das testemunhas ao deante nomeadas e assignadas pelos ditos reverendos padres foi dito que conhecendo elles as merces da Divina Magestade e como Deus Nosso Senhor foi servido que elles fundassem no monte de Santa Catharina junto á igreja de S. Roque um lugar devoto com o título de Bom Jesus do Calvario aonde está uma ermida do dito Senhor e um cerco aonde ha mais outras ermidas com cercas e recolhimentos hortas e pomares que elles juntaram para melhor ornato do dito lugar para melhor comodo de seus habitadores dotando a dita Capella com medidas para sua fabrica e esmollas das missas que n'ella mandam dizer e porque a conservação de semelhantes casas da devoção necessitam do amparo e protecção de pessoas em cujo «arrimo» (?) se conservão e vendo o Senhor Dom Diogo Lobo da Silveira, Mestre da Sagrada Theologia sumilher da cortina do Senhor rei Dom João quarto que Deus tem e do Senhor rei Dom Affonso 6.^o que Deus guarde Dom Prior da Insigne e Real Collegiada de Nossa Senhora da Oliveira desta Villa de Guimarães so pode ser firme defesa em cujo seguram a conservação e perpetuidade do serviço de Nosso Senhor que elles ditos padres pertendem se continuem no dito lugar de hoje por diante, escolhem por seu protector ao dito Senhor Dom Prior, e se poem debaixo do seu amparo e lhe pedem por merce por serviço de Nossa Senhora queira aceitar a dita protecção, e sendo necessario para maior segurança lhe cedem e trespassam todo o direito necessario para a dita protecção e para elle senhor Dom Prior poder conservar ao dito lugar e a todas as suas pertenças de qualquer pessoa que o quizer usurpar ou encontrar com tal declaração e commissão que o dito Senhor Dom Prior por sua morte lhe havia de nomear protector qual sua Senhoria vir que é mais conveniente e mais zeloso do serviço de Deus e mais favoravel para os ditos padres e seus successores; e sendo caso que o sobredito Senhor Dom Prior não nomeie sendo algum dos sobreditos padres vivos poderão nomear

edificaram e foram habitar o Convento dos Capuchos, onde hoje está o Hospital da Misericórdia.

*

Para as obras do novo Convento, a Câmara, em vereação de 25-Maio-1667, «emprestou o calabre que serve na polé aos reverendos padres da Piedade... e se obrigou Francisco Jorge de Freitas sindaco dos ditos reverendos padres a tornal-o a restituir, e que em caso que elle quebrasse ou se tratasse mal nas ditas obras de sorte que não podesse tornar a servir na dita polé, elle dará outro novo por sua conta á camara, e a isso obriga sua pessoa e bens e assignou com os vereadores que lhe mandaram emprestar etc.»

Estes frades tiveram deferências miniosas da Câmara, a mais: assim uma percentagem sobre a venda de cada arrátel de lombo (28-Março-1664) e o empréstimo do sino da casa da Câmara (10-Março-1665).

(Livro 12 das Vereações, a fls. 16, 76 e 188 v.).

outro protector e não nomeando uns nem outros ficará protector o Senhor Dom Prior que succeder com tal declaração que esta protecção não sahirá da sua pessoa nem de seus successores; e no caso que não haja outra nomeação, e estando o Priorado vago, o Prior geral que servir na dita egreja e quem servir n'esta villa de Commissario do Santo Officio succedendo vagar o dito lugar poderão escolher sacerdote que nelle viva em quanto não vier o illustrissimo Dom Prior ou não aceitar a dita protecção, e variando o dito Padre «Francisco Gonçalves» (?) que servir de Commissario do Santo Officio servirá de terceiro o reverendo padre Prior da Costa que então servir ou seu cargo tiver o qual se «encostará» (?) dos botos a um, e ao que se «encostará» (?) ficará eleito e vindo o Senhor illustrissimo Dom Prior poderá confirmar o eleito parecendo-lhe que tem as partes necessarias e não as tendo poderá illeger o sacerdote que lhe parecer na forma aqui declarada e com mais declaração que elles ditos padres em suas vidas achando antes melhor modo com que no dito lugar se possa servir a Nossa Senhora o poderão fazer com beneplacito do dito Senhor Dom Diogo Lobo da Silveira Dom Prior porque a sua tenção é que havendo melhora no serviço de Deus como é aparecendo para o dito lugar religiosos ou pessoas de melhor instituto do que ao presente tem se possa fazer com tanto que se não extingua o dito lugar nem se una a convento algum que o possa extinguir nem a egreja alguma antes se conserve sempre separado: com mais declaração que elles ditos Padres viverão emquanto Deus quizer no dito lugar e por suas mortes ou querendo-se gusar poderão deixar uma pessoa que fique nomeada no dito lugar a qual viverá n'elle guardando a ordem que elles ditos padres lhe deixarem escripta e este nomeado, o Senhor Protector que então for poderá nomear um Sacerdote de bons costumes e virtude que possa viver no dito lugar satisfazendo as obrigações que os ditos padres deixarem e *este sacerdote será christão velho de todos os quatro costados* porque a tenção delles ditos padres é que *não interceda nunca no dito lugar pessoa alguma que tenha parte ou fama de christão novo* «desonerado» (?) e tendo entrado e achando-se que o é será lançado fora e vivendo este publico nomeado pelos senhores protectores menos ajustadamente do que convem e não procedendo no exemplo da vida no augmento e conservação do dito lugar como tambem o senhor Protector com uma informação exacta judicial o poderá expulsar sem ser obrigado a dar rasão porque o faz nem o expulso se poderá chamar esbulhado nem pertender direito: e do mesmo modo parecendo aos senhores successores haver outro modo de melhora para a assistencia e conservação do dito lugar o poderão fazer na forma acima declarada e os padres que viverem no dito lugar lucrarão todos os rendimentos deixados ao dito lugar e se elles forem tantos que possam sustentar mais que um só que o senhor Dom Prior com elles ditos padres ou o senhor Protector que succeder poderá nomear o padre ou padres que se poderem sustentar com o dito rendimento o que tudo elles ditos Padres assim ordenaram por o dito lugar e capella ser feito á sua custa e sua fazenda em terras suas nas quaes depois de terem a sua vivenda fundaram a dita capella que é pertença da dita vivenda sem dependencia da egreja de Santo Estevão de Urgeses por essa rasão e elles podereim dispor livremente da dita fazenda e mais bens e medidas que ajuntaram

para este effeito foram contentes de ordenar que succedesse nos ditos bens na forma declarada nesta escriptura ao que foram aonde estava o dito senhor Dom Diogo Lobo da Silveira Dom Prior e lhe pediram por serviço de Deus lhe quizesse aceitar esta protecção e trataria quanto em si fosse do aumento do dito lugar e capella na forma declarada n'esta escriptura emquanto lhe parecesse serviço de Deus e assim o disseram quizeram e outorgaram e aceitaram de parte a parte e nesta nota mandaram ser feito este Instrumento donde outorgaram os necessarios que tudo eu tabellião conio pessoa publica estipulante e aceitante tudo estipulei e aceitei em nome de quem a aceitação toque e tocar possa ao que foram testemunhas presentes o Licenceado Antonio da Costa de Miranda e o Doutor Sebastião d'Almeida vigario geral da Insigne Collegiada d'esta villa e Manoel de Sá familiar do dito Senhor Dom Prior que aqui assignaram. João d'Almeida tabellião o escrevi. (a) Francisco Ferreira. Leandro Correia. Antonio da Costa de Miranda. Sebastião de Almeida Sequeira. Manoel de Sá. Dom Diogo Lobo da Silveira Prior de Guimarães.

*

D. Diogo Lobo da Silveira passou uma provisão (1-Julho-1665) dando poder ao R.^{do} Cónego João de Figueiredo Barbosa para, em seu nome, tomar posse da Capela do Bom Jesus do Calvário junto a S. Roque, na forma da escriptura que fizera com os P.^{es} J. Ferreira e L. Correia.

O Cónego desempenhou-se do mandato no mesmo dia, estando presentes aqueles sacerdotes, que entregaram as chaves da Capela, portas do rossio e casas do seu recolhimento «as quaes o dito R.^{do} Conego tomou e com ellas abriu as portas todas assim da Capella como das casas, e n'ellas entrou passeando por tudo de uma parte para a outra tirando das arvores ramos de fructo e seu fructo, e das casas telha, e dahi se foi á Capella pondo as mãos no altar d'ella e castigaes mudando a estante de uma parte para a outra», sendo testemunhas presentes o R.^{do} P.^e António Pereira, cura da parochial igreja de S. Paio, e António da Costa, familiar do D. Prior, e o auto lavrado por «Joseph de Morgade, tabellião do publico e auto judicial na villa.»

Do Cartório da Misericórdia:

1668

«Assento sobre os clérigos de S. Roque — Aos vinte e dous dias do mes de Janeiro de mil e seiscentos sessenta e oito annos nesta villa de Guimarães na casa da Santa Misericórdia e na meza do despacho d'ella estando ahi o escrivão da Casa em ausencia do provedor com os mais irmãos de primeira e segunda condição que este presente anno servem abaixo assignados ahi foram vindos e chamados os irmãos definidores aos quaes foi proposto em como os reverendos padres de S. Roque Francisco Ferreira e Leandro Correia tinham feito petição em que por fallecimento seu haviam de ficar na dita capella dous sacerdotes que estejam sempre na dita capella para n'ella dizerem as missas e guardarem as instituições que lhe apontarem e que para isto alem de certo pão que lhes fica na dita capella lhe querem deixar ao dito sacerdote ou sacerdotes dez mil reis pagos para sempre em cada um anno livres e para isto dão a esta Santa Casa trezentos mil reis tirando logo o juro dos duzentos para elles ditos reverendos padres e por sua morte para os ditos sacerdotes e o juro dos outros cem mil reis que fique para os pobres d'esta Santa Casa.....(outro assunto)... e no que toca aos reverendos padres de S. Roque e sua petição assentaram por todos os votos se lhe asseitassem os trezentos mil reis para dos redditos dos duzentos se cumprirem as obras pias que relatam em sua petição de que se fará mais larga menção no contrato que se fizer visto serem os ditos padres de conhecida virtude e muito benemeritos d'esta Santa Casa a que tem feito muito grandes serviços e os cem mil reis que de mais dão para ajuda das necessidades d'ella serem livres sem nenhum encargo nem despesa de que se fez este termo que todos assignaram» etc. etc. — L.^o 4.^o dos assentos, fl. 54 v.^o.

* Da escritura de contrato, feita na nota privativa da Misericórdia em 25 de Janeiro de 1668, consta que «pelos muitos (sic) reverendos padres Francisco Ferreira e Leandro Correia moradores e assistentes no oratorio do Bom Jesus do Calvario, sito na freguezia de S.^{to} Estevão de Urges do termo d'esta villa» foi dito que estavam concertados e contratados com a mesa da Misericórdia «de lhe darem trezentos mil reis para maior conservação, e esmola dos pobres d'esta Santa Casa, com tal condição que os ditos irmãos e seus successores que ao deante succedendo forem farão a elles reverendos padres e seus successores que assistindo forem na dita capella e oratorio do Bom Jesus do Calvario dez mil reis em cada um anno em dinheiro para ajuda e sustentação e conservação dos ditos padres e successores que n'ella ficarem por nomeação sua d'elles reverendos padres ou seus protectores na forma da instituição que deixarem por seus fallecimentos e doações que feito tem porque suas vontades era ser, e ir sempre em grande augmento a conservação da dita capella do Bom Jesus do Calvario para cuja fabrica tinha (sic) ja

adquirido por esmolos o que era bastante, e para os sacerdotes que lhe forem succedendo tinham quasi grangeado a maior parte de sua sustentação em que entravam estes dez mil reis procedidos dos trezentos que a esta Santa Casa davão, como dão in perpetuum, com a obrigação de os ditos provedor e mais irmãos d'esta Santa Casa lhe darem em cada anno de hoje para todo sempre os ditos dez mil reis para ajuda de sua sustentação delles reverendos padres e de seus successores, e a paga d'elles começará a correr de hoje feita a d'esta sua escriptura e contracto a um anno, e isto até o fim do mundo sempre pagos os dez mil reis a elles reverendos padres e por seus fallecimentos a seus successores que succedendo-lhe forem por elles nomeados e em falta da sua nomeação pelos nomeados que forem por seus protectores, os quaes dez mil reis se hão de dar e pagar sem falta alguma livres e desembargados de tudo porque n'esta forma estavam contractados com os ditos irmãos d'esta Santa Casa e de outra sorte não porque sua tenção e amor em serviço de Deus era ter sempre na dita capella do Bom Jesus do Calvario dois sacerdotes ou um honrados limpos e virtuosos para que em todo o tempo do mundo estejam sempre venerando em seus sacrificios o dito Senhor e n'elles pedindo a conservação e melhoramento das almas que estão no fogo do purgatorio e sepultados no sitio onde d'onde a dita capella está, e logo com effeito lançaram na mesa os ditos trezentos mil reis».....«e pelos ditos padres Francisco Ferreira e Leandro Correia foi mais dito que elles queriam os ditos dez mil reis para na dita capella do Bom Jesus do Calvario dizerem elles enquanto vivos forem cem missas por sua tenção, e por suas mortes o padre ou dois padres que n'ella deixarem dizer as ditas cem missas pela tenção e almas d'elles padres e seus successores e bemfeitores porque sua tenção (3) que nunca as taes missas sejam ditas por parcho algum senão pelos padres que succedendo lhe forem, assim o disseram» etc., etc., etc.

1672

Em 23 de Outubro de 1672, por escritura feita pelo tabelião Nicolau de Abreu, «o padre Francisco Ferreira morador na sua capella do Bom Jesus do Calvario de junto a esta villa» disse «que entre os mais bens de raiz que tinha e possuia como herdeiro do R.^{do} P.^e Leandro Correia ja defunto seu companheiro que foi na dita capella bem assim era uma bouça que em redondo estava tapada e dentro d'ella de novo feito umas novas casas a qual está sita acima de S. Roque no mosteiro da Costa do termo d'esta villa de Guimarães» parte foreira ao Reguengo e parte ao dito mosteiro, confrontando de uma parte com a estrada que vai para a parte da serra de Santa Catarina e de outra parte da banda de baixo com o soute do casal de Alvim e de outra parte com terras do casal do Montinho, e da banda de fora no monte tendo uma presa que recolhe a nasçença da água que ai de novo foi tirada de onde a dita água vinha assim para a dita bouça (que ora vendia) como para as hortas do Recolhimento donde ele vendedor assistia «e junto da dita preza no monte maninho estão carvalhos velhos e novos com que está armada uma deveza que com o ja defunto fez, virá a ser uma deveza de consideração» e que assim e da maneira que o dito seu anteces-

sor o padre Leandro Correia tinha a dita bouça, devesa e prêsa e pomar junto da dita bouça, vendeu por 100\$000 réis livres ao licenciado Francisco Barbosa e mulher Belizarda da Cunha, moradores na rua Nova do Muro, cuja quantia ficava na mão do comprador para pôr a render, cujos interesses pagaria a êle vendedor enquanto fôsse vivo e por seu falecimento faria o mesmo pagamento de juros aos padres que lhe succedessem e estivessem assistindo na sua capella do Bom Jesus do Calvário para os dizerem em missas pela alma do Rev.^o P.^o Leandro Correia, possuidor que fôra da dita fazenda vendida, e achando-se 12 medidas livres e seguras de herdade dízimas a Deus se faria nelas emprêgo dos ditos cem mil réis. Foram testemunhas desta escritura Domingos da Cunha, que assinou pela compradora, o licenciado Belchior Ferreira e o Padre «Trocaito» Peixoto de Azevedo.

Desta venda foi feita escritura de distrate a 23 de Dezembro do mesmo ano de 1672, sendo o P.^o Francisco Ferreira representado pelo P.^o Domingos de Mesquita (seu companheiro?) que foi seu successor.

«Senhor. Diz o D. Prior da R. e I. Collegiada de Guimarães, que elle é Protector e Padroeiro da capella do Bom Jesus do Calvário, sita na serra de S. Roque, freguezia de S.^{to} Estevão de Urgeses termo da mesma villa, instituida em forma de um Ermo, ou devoto, mas pobre Santuario, pelos Padres Francisco Ferreira, e Leandro Correia, sendo esta regalia de protecção e padroado annexa perpetuamente á sua Dignidade e Prelazia, e por virtude della tem os DD. Priores pro tempore existentes o direito e faculdade de nomearem Administrador, como prova o documento junto; e n'essa posse e observancia se acham constante e successivamente desde o principio deste estabelecimento. E porque sendo a dita Dignidade e Prelazia do Padroado Real, parece que da mesma natureza e preeminencia se deve considerar revestido este accessorio; e para que o Supplicante e seus Successores possam de futuro continuar pacificamente no uso e exercicio da dita protecção e padroado, nomeando, como sempre nomearam, os Administradores da referida Capella ou Ermitagio debaixo da Regia Protecção, de que goza o mesmo D. Priorado, recorre o Supplicante á incomparavel Clemencia e exemplar Piedade de V. A. R. supplicando se digne V. A. R. fazer-lhe a Graça de Confirmar a mencionada regalia de Protecção e Padroado, cuja Graça por ommissão dos seus Antecessores se deixou de supplicar logo no principio do sobredito estabelecimento; e que V. A. R. se digne igualmente supprir e sanar pela Sua Alta e Suprema Autoridade e Poder Real qualquer defeito, em que na sua origem tenha incorrido, ou pela propria ommissão dos D.D. Priores por inadvertencia dos Padres Instituidores. E. R. M.»

(a) Luiz de Saldanha d'Oliveira Dom Prior.

1779

Carta do D. Prior :

«Com a sua carta de 23 do passado fiquei entregue da estimavel resposta de Sm.^{ce} como tambem da relação dos rendimentos da capella do Bom Jesus de S. Roque: e lembrança sobre a Cadeira Magistral.

Remetto pois a Provisão inclusa que Vm.^{ce} la mandara sellar; e as procurações para logo serem metidos de posse os PP. Capinhãs; assegurando-os Vm. ao mesmo tempo de eu tomar a minha conta aplanar, e arranjar de sorte aquelle estabelecimento que fique reduzido ao seu antigo estado. Vm. deve sacrificar-se em meu obsequio a buscar a irmã do defunto Chantre, e significar-lhe da minha parte o quanto eu sinto ser obrigado a prover de remedio sobre as duas Capellas do Bom Jesus de S. Roque, e da Senhora da Conceição, cujas administrações «teve» (?) seu Irmão: Ultimamente Vm. ajustará com ella o modo de se satisfazerem os legados devidos, instituição de cabedaes, predios e aguas, e outras quaesquer pertenças das ditas Capellas, que seu Irmão tivesse indevidamente introduzido na sua casa, ou seu filho levado injustamente esteja possuindo, mandando da mesma sorte tirar as armas que vaidosamente introduziram na dita Capella; e vindo a dita Senhora a termos de ajuste, como devo esperar Vm. assistirá as condições de pagamento que lhe forem mais comodas, mas seguras: e me avisará immediatamente do que passar a este respeito, como tambem do liquido das dividas que se achar que o dito Leandro ou seu tio ficou devendo as ditas Capellas. Deus guarde a Vm. muitos annos. Lisboa 7 de agosto de 1779 (?) De Vm.^{ce} etc. Luiz de Saldanha d'Oliveira. Ao R.^{do} Arcipreste Ignacio de Carvalho da Cunha P.E. mande-me a copia de algumas das apresentações antigas da Capella da Conceição.»

«Luiz de Saldanha de Oliveira D. Prior da I. e R. Collegiada de N. S.^a da Oliveira da villa de Guimarães, etc.

Por se achar vaga a capella sita junto a ermida de S. Roque, instituida pelos Padres Leandro Correia, e Francisco Ferreira na serra de S.^{ta} Catharina, junto á villa de Guimarães, e na forma da Escripura celebrada entre os ditos Padres, e o nosso predecessor o Snr. D. Diogo Lobo da Silveira, lavrada pelo tabelião João de Almeida na era de 1664 em 20 do mez de Outubro, e nos pertencer o prover de remedio nomeando uma, ou muitas pessoas Ecclesiasticas, e tementes a Deus, para se poderem sustentar com o seu rendimento, e satisfazerem as obrigações da mesma Capella; E para que fique mais melhorada no serviço do mesmo Senhor nomeamos para Administradores da referida Capella os seis Capinhãs do Coro da nossa Igreja Collegiada, para que elles entre si distribuem as obrigações, e do mesmo modo os seus rendimentos; porque assim se melhora, para serem mais bem satisfeitos os encargos da mesma Capella; e encarregamos a todos os nomeados, com especialidade ao mais velho na antiguidade dos referidos Capinhãs-tenham prompto cuidado, e a maior vigilancia tanto em que se não deteriore, nem diminuam os bens, que compoem a dita Capella, como em que se cumpiram os

encargos com a maior promptidão, conservando-se com a decência possível as Capellas, como convem ao serviço de Deus: desobrigando-nos assim da Obrigação em que estamos na forma da Escripura. E para produzir seu effeito lhe mandamos passar a presente por Nós assignada, e sellada com o selo de nossas armas. Dada em Lisboa na Casa da nossa residencia aos 9 de julho de 1779. Luiz de Saldanha de Oliveira D. Prior.

(Registada a fls. 2 do 1.º do registo dos titulos do D. Priorado e Cabido Guim.ºs 3 de Novembro de 1779. Paiva.) »

« Dizem os P.P.ºs Capinhãs do Coro da Collegiada desta villa, que os Supplicants alcançaram do Ill.º e R.º Sr. D. Prior da mesma Collegiada a administração da Capella do Bom Jesus do Calvario, sita em S. Roque da freguezia de S.º Estevão de Urgeses deste termo, como consta da nomeação, que vai inclusa; e porque este titulo é legitimo para receberem a dita administração e tomarem posse judicial, e ao mesmo tempo fazer-se a descripção e inventario dos moveis e paramentos da dita Capella e suas pertenças. P. a Vm.ª se sirva mandar se lhe dê posse por virtude da dita nomeação, e que no mesmo acto se faça a dita descripção e inventario, e que se efectue a mesma posse na dita Capella e suas pertenças. E. R. M.ª Cumpr.ª Costa Abreu. Meneses. »

« Auto de posse dada aos R.ºs Padres Capinhãs da R. Collegiada de N. S.ª da Oliveira da villa de Guimarães desta Capella do Bom Jesus do Calvario propriedade e pertenças

Saibam quantos este publico instrumento de Auto de posse dada e tornada por virtude da Apresentação ao deante em observancia do despacho retro virem como no anno do Nascimento de N. S. Jesus Christo de 1779 annos aos 26 dias do mez de Agosto do dito anno n'esta Propriedade e Capella do Bom Jesus do Calvario no Monte de S. Roque freguesia de Santo Estevão de Urgeses termo da villa de Guimarães onde eu tabellião vim a requerimento dos R.ºs Padres Domingos Antunes, João Martins do Cabo, Adrião Antonio Pinheiro da Costa, João Mendes de Queiroz, Manoel Jose da Silva e Faria, Manoel Antonio da Costa todos Capinhãs da R. Collegiada de N. S.ª da Oliveira da villa de Guimarães para effeito de lhes dar posse desta Capella e propriedade como Administradores della nomeados pela Apresentação ao deante do Excell.º e R.º Sr. D. Prior Luiz de Saldanha de Oliveira e Souza D. Prior da mesma R. Collegiada, e logo elles R.ºs Padres Administradores abriram e fecharam as portas da dita Capella entrando e sahindo n'ella e depois puseram as mãos no Altar, tocando um sino que na Capella se achava quebrado, e dali se foram para fora da Capella entrando em um Oratorio que se achava á beira da estrada da Serra, onde está a Imagem do Senhor da Agonia abrindo e fechando as portas e daqui sahindo foram aos campos e casas da propriedade abrindo e fechando as portas e na devesa que se achava da parte de fora nesta e nos campos passeando por tudo de uma para outra parte pegando em pau pedra cavando terra atirando com ella ao ar cortando ramos das arvores de fructo e sem elle tomando assim de

tudo posse por poimentos de pés tocamentos de mãos e vista de olhos actual real civil e corporal requerendo a mim tabellião que na forma de sua apresentação lhe desse posse a qual eu tabellião lhe dei e houve por dada cedida, trespassada e transferida actual, real, civil e corporal, tanto quanto em direito devo e posso e Sua Magestade que Deus guarde manda e na dita posse os deixei empossados investidos e incorporados sem impedimento de pessoa alguma de que dou fe sendo testemunhas presentes o R.º P.º Manoel J.º Ribeiro e Jose da Costa Peixoto contratador de solia ambos da villa de Guimarães que aqui assignarão com os R.ºs Administradores e eu Luiz Antonio de Abreu tabellião o escrevi em publico e raso assignei e declaro notifiquei ao caseiro desta Propriedade Manoel Francisco para reconhecer aos R.ºs Administradores por seus Senhorios e lhe pagarem a renda que ha de vencer no S. Miguel vindouro do presente anno de que dou fe sobredito o declarei. Em fe de verdade Signal publico. Luiz Antonio de Abreu. O P.º Domingos Antunes. O P.º João Míz do Cabo. O P.º Adrião Antonio Pinheiro da Costa. O P.º João Mendes de Queiroz. O P.º Manoel Jose da Silva e Faria. O P.º Manoel Antonio da Costa. O P.º Manoel Jose Ribeiro. Jose da Costa Peixoto. »

*

Inventário e visitasões. Ou da grandeza e decadência das nossas obras. Como se poeiram as fundações para «enquanto o mundo for mundo»... (1)

Arquivo paroquial de Urgeses:

1709

Do inventário feito pelo vigário *Joseph Lopes Ribeiro* em 29 de Maio de 1709, conforme a pastoral do Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, constam os móveis da capella, (que são sem importância) e do registo dos bens que em 6 de Agosto do dito anno, que o mesmo fôz, em harmonia com a citada pastoral, diz:

«A capella do Bom Jesus do Calvario sita n'esta freguezia de S.º Estevão de Urgeses aonde assiste o P.º Domingos de Mesquita, tem de fabrica 12 medidas de pão a saber: 8 de milho alvo e 4 de centeio, postas na dita capella, de que é caseiro Manoel Machado

(1) Norma de um requerimento para se fazer tombo dos bens da Capella:

« Diz F. Administrador da Capella do Bom Jesus do Calvario sita na serra de S. Roque freguesia de S.º Estevão de Urgeses termo de Guimarães, que tendo instituido os P.ºs Francisco Ferreira e Leandro Correia a tal capella tomaram para protector della aos Ill.ºs D.D. Priores de I. Collegiada de N. S.ª da Oliveira para que

de Miranda, morador em Torrados, como consta d'uma escriptura, pelo campo do Amial sito na dita freguesia de S. Pedro de Torrados, que possui o dito Manuel Machado de Miranda; — Tem mais dez mil reis que pagam á dita capella, a Misericórdia da villa de Guimarães por dia de S.^{ta} Isabel a 2 de Julho de cada um anno, por um contracto que o P.^e Francisco Ferreira e o P.^e Leandro Correia fizeram com a dita Misericórdia, pelos quaes dez mil reis deixaram elles ditos Padres 100 missas pelas suas almas; — Tem mais 14 medidas de renda todos os annos que deixou o P.^e Francisco Ferreira com obrigação de 14 missas pelas tenções que no seu testamento declara, as quaes medidas pagam os herdeiros de João Francisco do casal de Gremil da freguezia de S. Thiago de Ronfe e do casal de Candozo sito na freguezia de Mogege; — Tem mais a dita capella 61 medidas de pão de 2.^a e 23 de trigo que se pagam em a freguezia de S. Cosme e Damião de Garfe, com obrigação de 40 missas pela alma de Beatriz Nogueira, e com obrigação mais de ter a lampada accesa todas as 6.^{as} feiras do anno na dita capella; — Tem mais 8 medidas de milho e 10 alnudes de vinho, a saber: os 10 de vinho se pagam pelas herdades que possuia João Dias, dos moinhos que estão na freguesia de Pentieiros e as 8 de milho pelo campo chamado das Liginhas sito na freguezia de S.^{ta} Maria d'Airão lugar dos Pardieiros, com obrigação de 12 missas em cada um anno para sempre, pela alma do P.^e Francisco de Mesquita da Cunha e seu pai e mais parentes; — Tem mais deixou o P.^e Francisco Ferreira e o P.^e Leandro Correa edificadores da dita capella as casas e eido e devesa aos padres que assistirem na capella, com obrigação que dizendo n'ella missa lhe digam por cada um d'elles ditos Padres um responso por suas almas, e não consta até o presente haver mais rendimento nem obrigação alguma.»

Os móveis da capella a que retro se faz referência, eram os seguintes:

«Móveis da capella do Bom Jesus do Calvario: — Tem esta capella do Bom Jesus uma imagem do Ecce Homo feita de barro, en-

como Padroeiro nomeasse a sua Administração em pessoa ecclesiastica que tivesse as qualidades necessarias, e lhe deixaram para a dita administração algumas medidas de pão que para isso haviam comprado, e depois pelo tempo adeante lhe foram deixadas outras com encargos de missas por alguns devotos e como os ditos D.D. Priores muita parte do tempo se achavam ausentes, em as vacaturas de seus lugares, e dos Administradores se vieram a perder muitos Titulos das ditas medidas levantando se muitos caseiros com ellas sem as quererem pagar muito mais desde o fallecimento do R.^{do} Francisco Jose Pereira chanfre que foi na dita Santa Igreja Administrador da dita Capella que ha perto de trinta annos conservando-se porem os roes dos Administradores antigos até esse tempo em que se acham escriptos os nomes das propriedades e dos caseiros, quantidade e qualidade das medidas, e com as descargas dos seus pagamentos dos annos respectivos e successivos, e das que actualmente se estão pagando, e ha titulos que poderão levar o mesmo descaminho ficando a dita Capella sem o seu devido culto e veneração, e por consequencia sem haver com que se satisfaçam

carnada e bem feita com seu retabulo dourado, tem umas cortinas de linho em bom uso com seus frocos, que cobrem todo o retabulo. Umás cortinas de tafetá carmesim que sómente cobrem a imagem, tem sua pedra d'ara encaixada que tem de comprido um palmo e meio e de largo um palmo e tres dedos. Tem um calix todo de prata que com patena e colliersinha, peza 15 mil reis. Tem 2 castiças de latão. Tem duas ordens de galhetas d'estanho, umas grandes e outras pequenas. Tem 4 mesas de corporaes com 3 bolças, uma de tenilha e duas inferiores. Tem 6 toalhas do altar, todas com suas rendas, duas tem as rendas mais largas que as outras. Tem 4 frontaes, 1 verde com sanefas vermelhas, outro de damasco carmezim, outro de chamalote de lã roxo, outro damazella branca. Tem 3 vestimentas das mesmas especies dos frontaes, excepto a branca que é de felepicim. Tem duas alvas uma de panno fino com sua renda e outra sem renda. Tem 4 amitos. Tem um sino pequeno posto em seu campanario sobre a porta. Tem uma campainha para o altar. Tem uns ferros de fazer hostias. Tem 2 escabelos de encosto. Tem 4 paineis. Tem duas duzias de sanguinhos. Tem 4 palas de linho e 3 de pasta cobertas. Tem 4 toalhinhos de purificar os dedos. Tem um lampadario de latão. Tem uma caixa de pau preto com seus frisos e chave que serve de guardar os ornamentos. Tem duas tocheiras de pau torneadas e bem feitas.»

1761

O Visitador, em 27 de Junho de 1761, ordena: «O R.^{do} Parochio avisará ao administrador da capella do Bom Jesus de S. Roque para que no sitio que for mais acomodado na mesma capella, se faça um quasi altar em que se colloque a imagem de Nosso Senhor Jesus Crucificado, ou aliaz procure que se guarde com aquella decencia e veneração e acção, que lhe é devido, e que tambem mande concertar a imagem do Bom Jesus padroeiro da mesma capella

aquelles encargos com que lhe foram deixadas, E como a dita protecção ou padroado seja annexo do lugar do D. Priorado da dita I. Collegiada e apresentação deste do Real Padroado de V. S. R. Recorre o supplicante a V. S. R. para que lhe conceda a graça de Provisão para o D.^e Corregedor da comarca da dita villa como conservador e juiz privativo executor das rendas da mesma I. Collegiada que já é por Alvará Regio proceda a Tombo dos bens e rendimentos da dita capella pelos titulos existentes e roes antigos das descargas de seus pagamentos e mais averiguações e que deve proceder-se neste caso para conhecimento da verdade a custa do supplicante procedendo-se sequestro n'aquellas propriedades que se acharem ser obrigadas as medidas até o seu pagamento com jurisdição privativa ordinaria para o conhecimento de tudo dando appellação e aggravo as partes interessadas assim como se procede a respeito dos bens da Real Fazenda fazendo lançar tudo em Tombo para o cartorio do mesmo D. Priorado. P. a V. S. R. se digne conceder-lhe a dita Praça attendendo ao exposto que parece se faz digno da atenção. E. R. M.^{ce}»

aonde a necessidade o pede, reformar a alampada e cobrir de panno de linho a pedra d'ara, tudo com a brevidade que confio do seu zelo.»

1763

O Visitador, em 19 de Junho de 1763, deixou capitulado o seguinte: «O administrador da capella do Bom Jesus de S. Roque não tem cumprido com as obras que se lhe fiaram do seu zelo da visita passada, e como da dita missão resulta intoleravel indecencia a mesma capella e imagens de que faz menção o capitulo deixado a este respeito, mando ao R.^{do} Parocho d'esta igreja (Urgezes) sob pena de se lhe dar em culpa na futura visita, que no termo de um mez dê parte com o teor deste capitulo ao administrador da dita capella para que no termo de 4 mezes não só cumpra o disposto no capitulo da visita passada, mas reduzindo-o a melhor forma no que respeita á imagem do Senhor Crucificado, mando que revocando-se apinzelando-se e cobrindo-se com a necessaria perfeição a capelinha em que já (está) a dita imagem se colloque esta n'ella, com a devida decencia mandando fazer porta capaz fechada para a mesma capelinha com sua grade de ferro na fresta da mesma, e outro sim mandará o dito administrador por uma fechadura capaz com sua chave para a porta da capella do Bom Jesus, porque se communica a dita capella com uma casa contigua junto a ella por obviar a irreverencia que pode resultar de estar aberta, além de que mandará por uma cruz de pedra na impenna do meio da fronteira da dita capella para mostrar ser esta dedicada ao Culto Divino, e quando assim o não cumpra o que ainda se não espera do seu zelo, o mesmo rev.^{do} Parocho dará conta na casa do Despacho sob a dita pena para fazer dar a execução este capitulo pelos meios que o direito permitir.»

1765

O Visitador, em 5 de Setembro de 1765, deixou o seguinte: «O administrador da capella do Bom Jesus de S. Roque não tem cumprido inteiramente em quanto as obras ordenadas para a mesma na visita passada; por que só vejo que fez pôr a cruz de pedra no frontispicio, forrar a pedra d'ara e pincellar as paredes; e enquanto ao mais não tem satisfeito, nem ainda a respeito da porta que está na parede da sobredita capella da parte da epistola que parece ser de sacristia sendo na verdade de uma casa interior da sua quinta, que se pode abrir cada vez que quizerem os seus creados e caseiros, tendo alias outra á entrada da parte do evangelho particular, além da principal e publica para a parte da estrada; e como não é justo que se conserve aquella porta proxima ao altar, declarando os referidos capitulos de visita passados, mando que a faça tapar de pedra e cal, e que acabe de satisfazer enquanto ao mais que se lhe tem ordenado dentro de seis mezes pena de dez mil reis que hei por applicados na forma ordinaria, e passado o termo referido o rev.^{do} Parocho dentro de dez dias de conta na casa do despacho com certidão d'este e dos mais capitulos respectivamente pena de suspensão de que apresentará recibo sendo-lhe pedido.»

1780

O Visitador, em 26 de Julho de 1780, diz: «Ocularmente vi a capella de S. Roque sita n'esta freguesia (Urgezes) e n'ella achei uma vestimenta branca e vermelha e um missal e a fronta do altar tão rotos, que se devem queimar, ou enterrar, por não admittirem concerto; e assim mando o façam os R.^{dos} Administradores e que mandem por na dita capella uma vestimenta branca e outra roxa e um missal novo, e pintar o frontal de madeira, e renovar o retabulo, e encarnar as Imagens que necessitarem, principalmente a do Senhor preso á Columna, e collocar na mesma capella o Senhor Crucificado, que está no oratorio de cima para estar com mais decencia e veneração, e evitar novas despesas do concerto do dito Oratorio, o que cumprirão os R.^{dos} Administradores até a 1.^a visita. — E porquanto a destruição dos ornatos foi causada pelo Administrador antecessor não mandar retallar a dita capella, e por isso está o forro d'ella roto e podre, mando aos R.^{dos} Administradores da Coraria a mandem forrar e retallar no termo de 3 mezes por não admittir demora esta obra, e poderão obrigar ao antecessor Administrador pelo custo d'estas obras, pela omissão que teve de as não reparar a tempo, como também pela satisfação das missas dos legados de tempo que administrou a dita capella, o que se averiguará no Juizo dos Resíduos para onde os remetto.»

1795

O Visitador, em 27 de Abril de 1795, diz: — «Outro sim no mesmo miseravel estado (que a de N. Sr.^a dos Remédios) vi a capella do Bom Jesus de S. Roque que se acha no ultimo estado de pobreza e ruina, tendo alias rendimento com que se possa reparar, e sendo tão necessario o estar com toda a decencia para n'ella se celebrar principalmente para da mesma ser administrado o SS.^{mo} Sacramento a algum enfermo por se achar a distancia da igreja o lugar em que existe, pelo que mando que o R.^{do} Parocho no termo de 15 dias pena de suspensão dê parte ao R.^{do} Vigario de S.^{ta} Eulalia de Fermentões, que é da mesma administrador, e percebe os rendimentos á mesma pertencentes, para que no termo de 3 mezes dê inteira satisfação ao capitulado na visita passada, e demais a mande por com toda a decencia para n'ella se celebrar, e não o fazendo no dito termo o R.^{do} Parocho proceda logo a sequestro nos seus rendimentos para o que elegerá um depositario que muito bem lhe parecer de boa e sã consciencia para a factura das referidas obras; e por este capitulo fica cessante a execução que atraz (era em outro capitulo) lhe está mandado por mim a respeito de dar conta á casa do Despacho para a factura das obras, mas sim a dará para arrecadação da condemnação que se acha incurso o dito administrador pelo capitulo da visita passada.»

*

A *capelinha de S. Roque* conserva ainda um curioso altar de antiga lavra. A poucos passos, mais ao fundo, depois do oratório do *Senhor das Pedrinhas* — um Jesus Crucificado —, fica, à entrada da quinta do Paço, a ermida do *Bom Jesus do Calvário*, pequena, de granito já escurecido, com um *Senhor da Cana Verde*, e, no chão, a par, duas pedras sepulcrais — a jazida dos fundadores. Na horta, onde corre uma bica de água, encontram-se abertos no muro os nichos onde o P.^o Francisco Ferreira alinhara a via-sacra. A coluna do cruzeiro, nova, encimada pelo velho capitel, está cravada num penedo. Há largas manchas de sombra, rugosidades ásperas de terreno, um rebanho monótono com um pegureirito magro e tostado, de olhos muito tristes, o único que, depois de trezentos ou quatrocentos anos, continua vivendo, real e verdadeiramente, como se tivera aprendido o evangelho dos dois ermitães, a contemplação ascética feita de miséria, soledade, chaneza de alma, longe e estranho do mundo. Ali passa seus dias, entre o tojo, na asperidão erriçada da penedia, vendo correr as borboletas, cheias de amor, alegres, em fúlgidos voltejos, como dois raios de sol cruzando-se, enlaçando-se, beijando-se, fugindo, entontecidos. Tem para todo o dia uma côdea de pão e se algum viajero lhe dá um nadinha do seu farnel, basta uma isca de carne, logo ao coitado lhe dói a barriga.

O sítio é duma grande amenidade. Quem sobe da agitação do povoado e pára um momento, recolhido à sombra amiga das árvores, enquanto seus olhos vão correndo o horizonte vasto, por onde serpenteiam, entre a verdura dos campos, os luzeiros de prata das águas, sente dentro do seu peito, com o alívio das vãs preocupações que o ralam, a imensa pequenez de tôdas as futilarias que a nossa paixão ou o nosso interesse animam de importantíssimas scenas no drama humano. Passa, no silêncio, um ar tam fino que, oxigenando os pulmões, como purifica a alma e a eleva, suave e encantadamente, no desejo de ser bom e humilde — e pouco a pouco os olhos cerram-se, como deslumbra-

dos de luz, o coração mais compassadamente bate nesse momento bem puro de alta, de comovida, de suprema felicidade.

O último bocado de sol despenhou-se ao longe entre as fragas, o sanguíneo pastoso dos montados avioleta-se, encinzenta-se, esverdece num leve arrepio. Já, em baixo, se movem as ondas pesadas da sombra. Telintam sons, magoadamente. Há trilos dolorosos nas aves como se, tôdas as tardinhas, o aproximar da noite voltasse com a mesma agonia de mistério. São mães que chamam os filhos, noivas os seus noivos, às ermidas dos ninhos, escondidas, como esta, no agasalho da natureza e na solidão.

Aqueles velhos anacoretas! Como êles sabiam a medicina do espírito: a fera humana, tanto a dos tempos bárbaros como a de hoje — marca excelentíssima da civilização —, humaniza-se na simplicidade e na tristeza enlevante dos escarpados retiros.

EDUARDO D'ALMEIDA.